



DEZEMBRO 2025 · EDIÇÃO 43

- p. 5** MPC Cast 4ª temporada
- p. 6** MPC-MG em Oxford: Procuradores concluem formação internacional em finanças públicas no contexto europeu
- p. 8** Procuradora Maria Cecília Borges é homenageada pela turma de Especialização em Finanças Públicas da Escola de Contas
- p. 10** Diálogo interinstitucional mobiliza MPC-MG em reunião do Fórum Permanente dos Direitos das Pessoas com Deficiência
- p. 11** MPC-MG saúda a chegada de Alencar da Silveira Júnior como Conselheiro do Tribunal de Contas
- p. 15** MPC-MG marca presença em 1º Encontro Nacional do Programa AdaptaCidades
- p. 16** MPC-MG participa do Dia Internacional Contra à Corrupção
- p. 17** MPC-MG destaca principais dados da nova edição do Retrato da Educação Infantil divulgado pelo MEC
- p. 18** MPC-MG lança 10ª edição da "Controle em Foco", periódico institucional
- p. 20** MPC-MG participa de reunião técnica da Rede Ouvir-MG na Câmara Municipal de Belo Horizonte
- p. 21** MPC-MG ressalta impacto do novo Portal do TCE-MG no controle das emendas parlamentares
- p. 24** MPC-MG em Números
- p. 25** Lex Data
- p. 26** Coluna jurisprudência

MPC-MG acompanha debates do IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, em Florianópolis

por Simone Pereira



O dispositivo de honra. Foto: JK Freitas | MPC-MG.

O Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais e Presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon), Marcílio Barenco, e a Procuradora Cristina Andrade Melo, também 1ª Tesoureira da Associação, representaram o *Parquet* de Contas no IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, realizado em Florianópolis entre 2 e 5 de dezembro. Do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, marcaram presença no encontro o Presidente, Conselheiro Durval Ângelo; o Vice-Presidente, Conselheiro Agostinho Patrus; e o Corregedor, Conselheiro Gilberto Diniz.

O evento reuniu representantes do Sistema Controle Externo e convidados do cenário internacional para tratar de temas essenciais à Administração Pública contemporânea, em uma imersão em discussões sobre República, democracia, governança e sustentabilidade.

Assuntos em debate: essencialidade dos Tribunais de Contas na República, desafios atuais da

MPC-MG acompanha debates do IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, em Florianópolis

(continuação)

democracia, impactos da Reforma Tributária na organização fiscal do país e pautas ligadas à governança ambiental, climática e tecnológica. A agenda também incorpora temas de grande impacto social, como direitos humanos, equidade racial e de gênero, saúde pública, cidades sustentáveis e governança fiscal.

Convidados: autoridades e especialistas reconhecidos nacional e internacionalmente, como Paulo Gonet, John Elkington, Antonio Anastasia, Rodrigo Mudrovitsch, Élica Graziane, Flávio Dino, Cármen Lúcia, além de representantes de instituições acadêmicas e organismos internacionais.

Atividades paralelas

Além das conferências principais, o Congresso ofereceu uma extensa programação paralela, com oficinas temáticas, reuniões técnicas de redes da Atricon e do IRB, assembleias de diversas entidades do Sistema Controle Externo e encontros de grupos de trabalho.

Reunião Ampcon

No dia 3, a Associação Nacional do Ministério Público de Contas promoveu, no âmbito do Congresso, uma reunião de trabalho conduzida pelo Presidente da entidade, Marcílio Barenco. Na pauta, foi abordado o acompanhamento das principais pautas jurídicas e institucionais de interesse do Ministério Público de Contas em nível nacional, a fim de alicerçar o caráter estratégico das discussões e o alinhamento entre as unidades do país.

Também foram abordados temas de integração institucional e planejamento associativo, incluindo encaminhamentos sobre iniciativas futuras da Ampcon e organização de eventos voltados ao aprimoramento da atuação dos membros.



Os participantes da reunião da Ampcon.
Foto: JK Freitas | MPC-MG.



A reunião da Ampcon.
Foto: JK Freitas | MPC-MG.



Marcílio Barenco durante sua fala na reunião da Ampcon.
Foto: JK Freitas | MPC-MG.

MPC-MG acompanha debates do IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, em Florianópolis

(continuação)

Marcílio Barenco, Presidente da Ampcon e Procurador-Geral do MPC-MG, apontou a importância do encontro: “Nosso objetivo neste encontro é apresentar um planejamento estratégico para que os membros dos Ministérios Públicos de Contas, dentro da nossa realidade, possam agir em conformação com o Sistema Tribunal de Contas”.

A reunião encerrou-se com informes gerais e a entrega da Medalha de Mérito Funcional Antônio Maria Figueiredo Cavalcanti, homenagem concedida a membros que se destacaram por sua contribuição à carreira e ao fortalecimento da instituição. Os agraciados foram os Ex-Presidentes da Ampcon, o Procurador do MPTCU Júlio Marcelo e o Procurador do MPC-SC Diogo Ringenberg.



Licurgo Mourão, Elke Moura, Frederico Bauer e Marcílio Barenco na Embaixada. Foto: Acervo pessoal.

Reuniões do Comitê do IRB – Inclusão, Acessibilidade e Planejamento de Ações

Na tarde do dia 2, o IRB promoveu cinco encontros de seus Comitês Técnicos, entre eles, a reunião do Comitê de Acessibilidade e Inclusão, que o MPC-MG integra. Na oportunidade, o MPC-MG foi representado por Lílian Haas, Chefe de Gabinete da Procuradora-Corregedora, Sara Meinberg. A condução da atividade ficou a cargo do Procurador de Contas Sérgio Caribé, do Ministério Público de Contas junto



Cristina Andrade Melo durante sua fala na reunião da Ampcon. Foto: JK Freitas | MPC-MG.



Os participantes da reunião do Comitê de Acessibilidade e Inclusão do Instituto Rui Barbosa. Foto: JK Freitas | MPC-MG.



A Chefe de Gabinete da Procuradora de Contas do MPC-MG Sara Meinberg, Lílian Haas e a Diretora de Gestão de Pessoas do TCE-MG, Ana Carolina de Macedo e Marques Lanna. Foto: JK Freitas | MPC-MG.

ao TCU. O encontro teve início com a apresentação dos novos membros e se voltou ao fortalecimento da rede colaborativa do Comitê, que compartilhou práticas bem-sucedidas implementadas ao longo de 2025, especialmente iniciativas ligadas à inclusão institucional, ações de capacitação e estratégias de acessibilidade na comunicação dos Tribunais de Contas.

MPC-MG acompanha debates do IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, em Florianópolis

(continuação)

O grupo participou, ainda, de um momento de escuta, em que foram reunidas contribuições, percepções e sugestões para o aprimoramento das ações planejadas. Entre os pontos encaminhados, ocorreram a definição da coordenação para o ano de 2026 e os primeiros alinhamentos do calendário de atividades do próximo ciclo. O processo coletivo reafirma o compromisso do IRB com o avanço contínuo de políticas inclusivas estruturadas e duradouras no Sistema Controle Externo.

Solenidade de abertura

Realizada no dia 3, a cerimônia inaugural contou com a participação de autoridades estaduais e nacionais. Além de Barenco, compuseram o dispositivo de honra o Presidente da Atricon, Edilson Silva; o Presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina, Herneus João De Nadal; o Governador de Santa Catarina, Jorginho Mello; o Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), Edilberto Pontes; o Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias; o Presidente do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas, Luiz Antonio Guaraná; o Governador de Rondônia, Marcos Rocha; o Vice-Presidente de Relações Político-Institucionais da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), Thiago Ribeiro; a Presidente da Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros-Substitutos dos Tribunais de Contas (Audicon), Milene Dias da Cunha; e o Prefeito de Florianópolis e Presidente da Federação de Consórcios, Associações e Municípios de Santa Catarina (Fecam), Topázio Silveira Neto.

Também estiveram presentes a Coordenadora-Geral da Comissão Científica do IV CITC, Carolina Matos; o Presidente da Associação dos Membros do Ministério Público (Conamp), Tarciso José Souza Bonfim; o Subprocurador-Geral para Assuntos Institucionais, Andrey Cunha



Marcílio Barenco no dispositivo de honra.
Foto: JK Freitas | MPC-MG.



O Chefe de Gabinete da Procuradora de Contas do MPC-MG Maria Cecília Borges, Rafael Arrieiro.
Foto: JK Freitas | MPC-MG.

Amorim, representando o Ministério Público de Santa Catarina; e o Presidente da Associação das Entidades Oficiais de Controle Público do Mercosul (ASUR), Marcos Peixoto.

Do controle externo internacional, participaram a Presidente do Tribunal de Contas de Portugal, Juíza Filipa Urbano Calvão; a Presidente do Tribunal Administrativo de Moçambique, Ana Maria Gemo Biére; Elena Hernáez Salguero, do Tribunal de Contas da Espanha; Olinda Cardoso, do Tribunal de Contas de Angola; o Presidente do Secretariado Permanente dos Tribunais de Contas, Órgãos e Organismos Públicos de Controle Externo da República Argentina, Sérgio

MPC-MG acompanha debates do IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, em Florianópolis

(continuação)

Oste; a Presidente do Tribunal de Contas da Província de Formosa e Coordenadora do Bloco Argentino da ASUR, Myriam Radrizani; e o Sub-controlador-Geral da República do Paraguai, Augusto José Félix Paiva.

Integraram ainda a mesa de autoridades a Representante do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Contas (CNPGC), Cibelly Farias; a Presidente do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (Ibraop), Adriana Cuoco Portugal; a Presidente da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil (ANTC), Thaisse Craveiro; e o Coordenador de Políticas Públicas do Sebrae Santa Catarina, Ismael Edgar.

O IV CITC é uma realização de Atricon, TCE-SC, IRB, CNTC, Abracom e Audicon. ■



Marcela Orro, Cristina Andrade Melo e Rodrigo Medeiros.
Foto: JK Freitas | MPC-MG.



O TCE-MG, representado por Durval Ângelo, Agostinho Patrus e Gilberto Diniz, recebe o Prêmio Comunica 2025.
Foto: JK Freitas | MPC-MG.

MPC Cast 4ª temporada

por Simone Pereira



A “arte como política pública” foi o tema do último episódio desta 4ª temporada do MPC Cast, que recebeu o Mestre em Artes e Especialista em Administração Pública **Kainan Belato** para uma conversa sobre cultura, educação e gestão no âmbito do Estado.

Kainan compartilhou sua trajetória da música para a atuação em políticas públicas, destacando como a arte pode ser pensada, financiada e avaliada como política estruturante. Ele apresentou a experiência dos conservatórios de música em Minas Gerais, único Estado do país a manter uma rede com 12 conservatórios, e explicou como essa política pública impacta diretamente a vida de estudantes e comunidades.

O episódio evidencia como a cultura, quando bem estruturada, pode ser instrumento de inclusão, formação cidadã e efetividade das políticas públicas.

O episódio completo já está disponível no Spotify e no YouTube. ■

MPC-MG em Oxford: Procuradores concluem formação internacional em finanças públicas no contexto europeu

por LÍLIAN DE OLIVEIRA

Procuradores do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais participaram, entre 16 e 21 de novembro, do curso internacional “Advanced Studies em Gestão e Controle de Finanças Públicas na Europa”, promovido pelo FCL LAW – Instituto Internacional de Pesquisas e Estudos Jurídicos em Liberdades Cívicas Fundamentais, em Oxford, na Inglaterra.

Representaram o MPC-MG o Procurador-Geral, Marcílio Barenco, também Presidente da Ampcon; o Subprocurador-Geral, Daniel Guimarães, 1º Diretor Executivo da entidade; e a Procuradora-Ouidora, Elke Moura. Ainda, integrou a comitiva mineira o Conselheiro em exercício do TCE-MG Licurgo Mourão, que participou das atividades acadêmicas ao lado dos Procuradores.

A programação reuniu profissionais do Direito de diferentes países e apresentou perspectivas contemporâneas sobre o funcionamento das instituições de controle no cenário europeu. Durante a imersão, os membros do MPC-MG e do TCE-MG se dedicaram a debates centrais para o aperfeiçoamento do controle externo no Brasil, incluindo temas como Direito Econômico e Fiscal da União Europeia, atuação dos Cortes de Contas no contexto europeu, uso de ferramentas tecnológicas para supervisão financeira, políticas anticorrupção e discussões sobre desigualdade e direitos humanos.

Para Marcílio Barenco, o curso vai além de uma capacitação formal:

“O fortalecimento das instituições de controle externo passa também pela capacidade de comparar modelos dis-



Os participantes do curso “Advanced Studies em Gestão e Controle de Finanças Públicas na Europa”.

Foto: Acervo pessoal.



O Procurador-Geral do MPC-MG, Marcílio Barenco.

Foto: Acervo pessoal.

MPC-MG em Oxford: Procuradores concluem formação internacional em finanças públicas no contexto europeu

(continuação)

tintos, absorver boas práticas e refletir criticamente sobre nossa atuação. Neste curso, tivemos a oportunidade de dialogar com especialistas de diferentes países, confrontar experiências e reconhecer pontos de convergência e de divergência entre o que fazemos no Brasil e o que se pratica na Europa. Esse tipo de intercâmbio é fundamental porque amplia nosso repertório institucional e nos permite olhar para o controle externo a partir de outras lentes, sem perder de vista os desafios e as especificidades do nosso próprio sistema.

Marcílio Barenco

Por fim, o grupo visitou a Embaixada do Brasil em Haia, a Corte Internacional de Justiça e a sede da Agência da União Europeia para a Cooperação Policial – Europol, localizadas na mesma cidade (Países Baixos). ■



Marcílio Barenco, Daniel Guimarães, Elke Moura e Licurgo Mourão. Foto: Acervo pessoal.



Elke Moura e Marcílio Barenco no Plenário da Corte de Justiça Internacional em Haia – Palácio da Paz. Foto: Acervo pessoal.



Licurgo Mourão, Elke Moura, Frederico Bauer e Marcílio Barenco na Embaixada. Foto: Acervo pessoal.



Marcílio Barenco, Elke Moura e Licurgo Mourão na Europol. Foto: Acervo pessoal.

Procuradora Maria Cecília Borges é homenageada pela turma de Especialização em Finanças Públicas da Escola de Contas

por LÍLIAN DE OLIVEIRA

A Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais Maria Cecília Borges, que ministrou aulas para a turma presencial do Curso de Especialização em Finanças Públicas da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo, foi escolhida pelos alunos como professora homenageada da formatura. A solenidade, realizada no dia 28 de novembro, no Auditório Vivaldi Moreira, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, reuniu familiares, representantes institucionais e os cerca de 100 concluintes das modalidades presencial e a distância.

No dispositivo de honra estavam, além da Procuradora, o Presidente do Tribunal, Conselheiro Durval Ângelo; o Regente da Escola de Contas, Conselheiro em exercício Hamilton Coelho; o Diretor da instituição, Rodrigo Marzano; a Coordenadora da Pós-Graduação, Luciana Raso; e o colaborador homenageado, Alex Couto.



A Procuradora Maria Cecília Borges.
Foto: JK Freitas | MPC-MG.



A Procuradora Maria Cecília Borges é homenageada por turma de Especialização em Finanças Públicas.
Foto: JK Freitas | MPC-MG.

As homenagens contemplaram professoras, professores e colaboradores que marcaram o percurso das turmas. Além da Procuradora Maria Cecília Borges, receberam distinção as professoras Cristina Montenegro e Luciana Raso, o professor Pedro Azevedo e o colaborador Alex Couto, em entregas realizadas pelo Presidente Durval Ângelo, pelo Conselheiro em exercício Hamilton Coelho e pelos oradores das turmas presencial e EAD.

Ao receber a distinção, a Procuradora Maria Cecília Borges falou à plateia sobre a docência como vocação que ultrapassa o domínio técnico e jurídico, convidando os alunos a desenvolver um olhar crítico, sensível e atento ao mundo que os cerca. Em seguida, compartilhou uma lembrança marcante de sala de aula:

“Quando recebo esta homenagem, sinto que tive êxito neste trabalho, e me recordo de um dia em que, tratando de

Procuradora Maria Cecília Borges é homenageada pela turma de Especialização em Finanças Públicas da Escola de Contas

(continuação)

um caso concreto no bojo das lições constitucionais sobre finanças públicas, a turma, muito atenta e ávida pelo que eu tinha a falar, me devolveu a seguinte pergunta: 'Professora, o que é preciso para atuar como Ministério Público?'; e eu, então, lhes respondi: 'É preciso coragem!'

Maria Cecília Borges

A cerimônia foi concluída com mensagem do Presidente do TCE-MG, Conselheiro Durval Ângelo, que destacou a força transformadora da educação ao longo da vida:

“Se você quer colheita a curto prazo, plante sementes de cereais. Se você quiser uma colheita a médio prazo, plante



Durval Ângelo durante sua fala.

Foto: Daniele Fernandes | TCE-MG.

sementes de árvores frutíferas. Agora, se você quer colheita para a vida toda, plante sementes de educação. E, hoje, vocês estão colhendo, porque a educação é inesgotável. ■

Durval Ângelo



A mesa de honra. Foto: JK Freitas | MPC-MG

Diálogo interinstitucional mobiliza MPC-MG em reunião do Fórum Permanente dos Direitos das Pessoas com Deficiência

por Simone Pereira

O Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, representado pela Assessora da Procuradoria-Geral, Maria Tereza Fonseca Dias, participou da reunião do Fórum Permanente dos Direitos das Pessoas com Deficiência, realizada no dia 5 de dezembro, na sede I da Defensoria Pública de Minas Gerais, em Belo Horizonte. O encontro reuniu representantes da Defensoria Pública Estadual, Defensoria Pública da União, Ordem dos Advogados do Brasil, Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Tribunal de Contas de Minas Gerais, Ministério Público do Trabalho e Ministério Público Federal, além dos integrantes da Rede de Proteção da Pessoa com Deficiência – Inclusão Verde Mundo.

Durante a reunião, o Defensor Público Luís Renato Areas apresentou informe sobre o Termo de Cooperação Técnica firmado entre os órgãos que integram a Rede. O documento, que passa por atualizações periódicas, teve sua renovação ratificada com vigência até 22 de julho de 2026, permitindo a continuidade das ações articuladas entre as instituições responsáveis pela defesa e promoção dos direitos das pessoas com deficiência em Minas Gerais.

O Defensor Público destacou ainda a ampliação da Rede e a importância de fortalecer a articulação com órgãos do Executivo e do Legislativo, bem como com o Ministério Público Estadual, para assegurar atendimento adequado, inclusão real e maior visibilidade às demandas das pessoas com deficiência.

Também foi discutida a necessidade de atualização dos dados sobre locais de proteção de direitos das pessoas com deficiência no interior do Estado, considerando que Municípios de diversas regiões apresentam fluxos diferen-



A reunião. Foto: Acervo pessoal.

tes de atendimento. Constatou-se a urgência de mapear as estruturas existentes e as que precisam ser fortalecidas.

Outro ponto abordado foi a organização do calendário anual da Rede, incluindo ações como o Setembro Verde, além da definição de estratégias conjuntas de comunicação – entre elas, a produção e difusão de materiais informativos, participação em podcasts, elaboração de cartilhas e realização de capacitações integradas.

Ao final, os participantes reforçaram a importância da atuação coordenada entre as instituições e da divulgação contínua das atividades da Rede em canais oficiais, ampliando o acesso da população às informações sobre direitos, serviços e mecanismos de proteção.

Durante o encontro, também foi divulgada a realização, pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, da **Feira Cidadania Solidária Especial Mano Down**, que ocorreu no dia 12 de dezembro, das 10h às 17h, no Hall do edifício-sede (Avenida Afonso Pena, 4.001, Serra). O evento reuniu arte, inclusão e solidariedade. ■

MPC-MG saúda a chegada de Alencar da Silveira Júnior como Conselheiro do Tribunal de Contas

por Simone Pereira



O dispositivo de honra. Foto: JK Freitas | MPC-MG.

No dia 9, o Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais participou da solenidade de posse do Conselheiro José Alencar da Silveira Júnior, realizada no Auditório Vivaldi, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG). A cerimônia reuniu autoridades dos três Poderes, representantes de instituições de controle, servidores, familiares e convidados.

Na ocasião, o MPC-MG foi representado pelo Procurador-Geral e Presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon), Marcílio Barenco. Também prestigiaram a solenidade o Subprocurador-Geral e 1º Diretor Executivo da Ampcon, Daniel Guimarães; a Procuradora e 1ª Tesoureira da Ampcon, Cristina Andrade Melo; a Procuradora-Ouvidora, Elke Moura; a Procuradora-Corregedora, Sara Meinberg; e o Procurador Glaydson Massaria.



O Procurador-Geral do MPC-MG, Marcílio Barenco.
Foto: JK Freitas | MPC-MG

Da Corte de Contas mineira, estiveram presentes o Presidente, Conselheiro Durval Ângelo; o Vice-Presidente, Conselheiro Agostinho Patrus; o Corregedor, Conselheiro Gilberto Diniz; o Ouvidor e Conselheiro em exercício, Adonias Mon-

MPC-MG saúda a chegada de Alencar da Silveira Júnior como Conselheiro do Tribunal de Contas

(continuação)

teiro; os Conselheiros em exercício Hamilton Coelho e Licurgo Mourão; e o Conselheiro Substituto, Telmo Passareli. Também marcou presença o Conselheiro aposentado Mauri Torres.

Dispositivo de honra

Além de Barenco, compuseram o dispositivo de honra o Governador do Estado de Minas Gerais, Romeu Zema; o Vice-Governador do Estado de Minas Gerais, Matheus Simões; o Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Deputado Tadeu Leite; o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Júlio; o Desembargador Federal Flávio Boson Gambogi, representando o Presidente do Tribunal Regional Federal da 6ª Região; o Desembargador Federal Valisney Oliveira; o Conselheiro empossado do TCE-MG, Alencar da Silveira Júnior; a Defensora Pública-Geral, Raquel Gomes de Souza da Costa Dias; o Prefeito de Belo Horizonte, Álvaro Damião; o Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Vereador Juliano Lopes; o Deputado Estadual do Ceará, Sérgio Aguiar, representando a União Nacional dos Legislativos Estaduais (Unale); e o Secretário de Governo, Marcelo Aro.



Glaydson Massaria, Sara Meinberg, Cristina Andrade Melo, Elke Moura, Marcílio Barenco, Alencar da Silveira Júnior e Daniel Guimarães. Foto: JK Freitas | MPC-MG.



Os Procuradores do MPC-MG: Cristina Andrade Melo, Sara Meinberg, Elke Andrade e o Subprocurador-Geral do MPC-MG, Daniel de Carvalho Guimarães.

Foto: JK Freitas | MPC-MG.



O Procurador do MPC-MG Glaydson Massaria.

Foto: JK Freitas | MPC-MG.

Abertura da sessão e execução do Hino Nacional

A solenidade foi aberta pelo Presidente do Tribunal de Contas, Conselheiro Durval Ângelo: “Bom dia a todos e a todas. Declaro aberta esta sessão solene, em comemoração à posse do Conselheiro Alencar da Silveira Júnior no cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.”

Em seguida, os presentes acompanharam a execução do Hino Nacional, interpretado pelo Dueto da Academia Musical Orquestra Show

MPC-MG saúda a chegada de Alencar da Silveira Júnior como Conselheiro do Tribunal de Contas

(continuação)

da Polícia Militar de Minas Gerais, formado pelo 3º Sargento Brás (violino) e pelo 3º Sargento Hector (teclado).

Termo de posse e discursos

Após a leitura do termo de posse, José Alencar da Silveira Júnior foi oficialmente investido no cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, sendo aplaudido pelo público presente.

Além do discurso do Procurador-Geral do MPC-MG, a cerimônia contou com pronunciamentos do Presidente do TCE-MG, Durval Ângelo; do Conselheiro empossado; do Governador Romeu Zema; e do Vice-Presidente do TCE-MG, Agostinho Patrus, que enfatizaram o compromisso institucional com transparência, integridade e eficiência na gestão dos recursos públicos.



O Presidente do TCE-MG, Durval Ângelo.
Foto: JK Freitas | MPC-MG.



O Governador de Minas Gerais, Romeu Zema.
Foto: JK Freitas | MPC-MG.



Marcílio Barenco durante sua fala.
Foto: JK Freitas | MPC-MG.

Discurso do Presidente do Tribunal de Contas, Conselheiro Durval Ângelo

O Presidente destacou o caráter republicano do controle externo, recuperando fundamentos históricos da sua criação no Brasil. Citou Rui Barbosa como referência central e lembrou que “não se pode ter uma República sem um órgão de controle externo”. Ressaltou que o controle externo deve estar a serviço da sociedade e do enfrentamento das desigualdades, afirmando que o sentido de República exige “o império da lei a serviço da maioria da sociedade”.

Ao acolher o novo Conselheiro, destacou a missão institucional: “Ser republicano é ser democrático; é defender, de forma intransigente, a democracia.” Encerrando, citou Milton Nascimento e Fernando Brant: “Se muito vale o já feito, mais vale o que será”.

Discurso do Governador Romeu Zema

Após saudar as autoridades, o Governador destacou sua convivência com Alencar: “É uma pessoa que quer o bem dos mineiros... sempre transmitiu uma energia que poucos de nós têm”.

MPC-MG saúda a chegada de Alencar da Silveira Júnior como Conselheiro do Tribunal de Contas

(continuação)

Discurso do Conselheiro empossado, Alencar da Silveira Júnior

Alencar destacou o papel da Assembleia Legislativa e seu compromisso de continuar atuando ao lado dos Municípios mineiros. Afirmou que vê no Tribunal “um otimismo que nasce do reconhecimento de que esta Corte sempre desenvolveu um trabalho fundamental para o Estado”. Enfatizou o controle externo alicerçado em diálogo: “Um movimento marcado pela aproximação com os jurisdicionados, pela qualificação dos gestores e pelo controle preventivo e colaborativo”.



O Prefeito de Belo Horizonte, Álvaro Damião.
Foto: JK Freitas | MPC-MG.



O Presidente da ALMG, Tadeu Leite.
Foto: JK Freitas | MPC-MG.



Gilberto Diniz, Licurgo Mourão, Hamilton Coelho, Adonias Monteiro, Telmo Passareli e Mauri Torres.
Foto: JK Freitas | MPC-MG.



Alencar da Silveira Júnior. Foto: JK Freitas | MPC-MG.

Agradeceu aos colegas de trajetória e aos Deputados estaduais, assumindo o compromisso: “Honrar a confiança que me foi depositada, com espírito conciliador, atento às desigualdades e comprometido com a justiça social”.

Discurso do Procurador-Geral do MPC-MG, Marcílio Barenco

O Procurador-Geral estruturou sua fala percorrendo os elementos que compõem a trajetória do novo Conselheiro como se analisasse uma notícia de fato: da formação no rádio e na longa atuação parlamentar à experiência administrativa no América Futebol Clube.

Marcílio Barenco destacou também a força da família, da fé e do sentido de serviço como elementos que completam o perfil de Alencar da Silveira, além de mencionar a continuidade institucional representada pela sucessão do Conselheiro José Alves Viana, cujo legado de prudência e equilíbrio continua a orientar Casa.

Ao concluir sua “análise”, Barenco afirmou que, “reunidas essas peças inaugurais”, torna-se “evidente que a trajetória do novo Conselheiro se apoia em algo maior que experiência: apoia-se na capacidade de construir consensos”. Alencar da Silveira chega ao Tribunal, pois, preparado para contribuir com votos justos e firmes em benefício do cidadão mineiro. ■

MPC-MG marca presença em 1º Encontro Nacional do Programa AdaptaCidades

por Gabinete Maria Cecília Borges



O Procurador do MPC-AM Ruy Marcelo Alencar e a Assessora da Procuradora Maria Cecília Borges, Cecília Henriques. Foto: Acervo pessoal.

A Assessora Cecília Henriques, que integra a equipe da Procuradora Maria Cecília Borges no MPC-MG, representou a instituição no 1º Encontro Nacional do Programa AdaptaCidades, realizado em Belo Horizonte entre os dias 9 e 11 de dezembro, ao lado do Procurador do MPC-Amazonas Ruy Marcelo.

Sob coordenação do Ministério do Meio Ambiente, essa primeira etapa do Programa AdaptaCidades, conta com a participação de 581 Municípios e de todos os Estados da federação brasileira, tendo por objetivo a elaboração e implementação de planos de enfrentamento de adversidades climáticas, consideradas as emergências relacionadas aos biomas em que os Municípios estão inseridos, além de peculiaridades locais.

Convidado a integrar um dos painéis na manhã desta quarta-feira, como representante do Comitê de Sustentabilidade do Instituto Ruy Barbosa (IRB), o Procurador Ruy Marcelo destacou a relevância do engajamento dos

Tribunais de Contas como indutores dessa política pública e da importância dos instrumentos normativos estaduais e municipais, a fim de assegurar a continuidade das ações.

Na oportunidade, lembrou ainda que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) reconhece o dever do Poder Público agir porque vivenciamos uma emergência climática. ■



O painel integrado pelo Procurador do MPC-AM Ruy Marcelo. Foto: Acervo pessoal.

MPC-MG participa do Dia Internacional Contra à Corrupção

por Simone Pereira



Os servidores do MPC-MG: Leonardo Baptista, Ludmilla Andrade Torres, Ana Paula Milanez, Vinícius Oliveira Almeida e Sandro Monteiro. Foto: Acervo pessoal.

Servidores do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais participaram, no dia 9, do evento em celebração ao Dia Internacional Contra a Corrupção, realizado no auditório da Fapemig, em Belo Horizonte. Representaram a instituição os servidores lotados na Procuradoria-Geral do MPC-MG Leonardo Baptista, Ludmilla Andrade Torres, Sandro Monteiro, Ana Paula Milanez e Vinícius Oliveira Almeida.

A programação teve início às 8h, com o credenciamento dos participantes, seguido da abertura oficial às 9h, que contou com a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre a Polícia Civil de Minas Gerais (por meio da Acadepol) e a Ação da Rede de Controle e Combate à Corrupção (Arcco-MG), com a finalidade de promover o desenvolvimento pessoal e profissional de servidores, mediante intercâmbio de conhecimentos, compartilhamento de boas práticas na prevenção e no controle de atos de corrupção, fortalecimento interinstitucional e disponibilização de vagas em eventos de capacitação e promoção técnica.

Às 9h30, o Delegado da Polícia Civil de Minas Gerais, Diogo Luna Moureira, apresentou a palestra “Corrupção: da culturalidade legitimada à legitimação democrática”, abordando como práticas históricas e estruturais influenciam a percepção social sobre corrupção e os desafios para consolidar uma cultura democrática de integridade.

A partir das 10h45, houve debate com o tema “Lavagem de Capitais e Recuperação de Ativos”, mediado pela Delegada Cinara Rocha (PCMG). Na oportunidade, debateram os Delegados da PCMG Jonas Tomazi e Guilherme Catão.

No período da tarde, às 13h30, ocorreu o painel “A Inteligência Artificial na Prevenção e Combate às Fraudes e Corrupção”, com participação da Delegada Cristiana Gambassi Angelini (PCMG), da Procuradora do Estado Edrise Campos (AGE-MG) e da Controladora-Geral do Estado, Marcela Oliveira Ferreira Dias (CGE-MG). A mediação foi conduzida por Gabriela Câmara Campos Bernardes Siqueira, Ouvidora-Geral do Estado. O debate destacou

MPC-MG participa do Dia Internacional Contra à Corrupção

(continuação)

o uso de tecnologias emergentes como ferramentas estratégicas para qualificar análises, identificar padrões suspeitos e fortalecer a tomada de decisões no setor público.

Às 15h, teve início o painel “Corrupção e Má-Gestão Pública: Risco das obras paralisadas”, que discutiu os impactos financeiros e sociais das interrupções de obras públicas e os mecanismos de governança necessários para mitigá-los. Participaram Celso Bernardes Silva, Auditor Federal de controle externo do TCU; Douglas Emanuel Nascimento, Anali-

ta de Controle Externo do TCE-MG; e Jivago Granjeiro Ferrer, Coordenador-Geral de auditoria de obras da CGU. A mediação foi realizada por Ana Carla Duarte Chripim, representante da Rede Nacional pela Retomada e Governança de Obras Públicas.

O evento, presidido pelo Chefe da Divisão Especializada de Combate à Corrupção (Decof), Delegado Adriano Moreira, foi encerrado no fim da tarde, reforçando o papel fundamental da integração entre instituições de controle para o aprimoramento da gestão pública. ■

MPC-MG destaca principais dados da nova edição do Retrato da Educação Infantil divulgado pelo MEC

por Simone Pereira

O Ministério da Educação (MEC), com apoio do Gaepe-Brasil, publicou os dados da nova edição do Retrato da Educação Infantil, diagnóstico nacional que analisa o acesso e o atendimento em creches e pré-escolas em todo o país. O levantamento, pelo segundo ano consecutivo, alcançou 100% dos Municípios brasileiros, oferecendo um panorama amplo e comparativo sobre equidade, demanda, organização da gestão e transparência.

A plataforma interativa disponibilizada pelo MEC permite consultar informações por Unidade da Federação, região, capitais, porte populacional e IDHM, ampliando a capacidade de análise das redes de ensino, dos gestores públicos e das instituições de controle.

Entre os principais achados desta edição – destacados no material divulgado pelo MEC e pelo Gaepe-Brasil – estão indicadores que ressaltam



avanços no planejamento das redes, persistência de desigualdades regionais, variações no atendimento à primeira infância e desafios na estruturação das políticas de oferta, sobretudo em Municípios de menor porte.

MEC divulga nova edição do Retrato da Educação Infantil, e MPC-MG destaca principais dados

(continuação)

O Procurador-Geral do Ministério Público de Contas de Minas Gerais e Presidente da Ampcon, Marcílio Barenco, destacou a importância da divulgação dos dados para o fortalecimento das políticas públicas da área:

“O Retrato da Educação Infantil é uma ferramenta estratégica para apoiar o aprimoramento da gestão, orientar decisões e contribuir para a garantia do acesso e da qualidade da oferta. É nossa responsabilidade, enquanto socie-

dade e instituições de controle, levar essa discussão mais longe.

Marcílio Barenco

O MPC-MG reforça que evidências robustas, como as apresentadas no diagnóstico, precisam ser incorporadas ao planejamento municipal e estadual, sobretudo em temas sensíveis à garantia de direitos fundamentais, como o cuidado e a educação na primeira infância.

A consulta completa dos dados pode ser acessada na plataforma interativa disponibilizada pelo MEC. Acesse [aqui](#). ■

MPC-MG lança 10ª edição da “Controle em Foco”, periódico institucional

por Simone Pereira

No dia 16, o Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais publicou a 10ª edição da Controle em Foco: Revista do MPC-MG, periódico científico que tem como Editora-Chefe a Procuradora do Parquet de Contas mineiro e 1ª Tesoureira da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon).

Dedicado ao tema “agentes públicos”, o novo número resulta de uma parceria com a Comissão de Estudos sobre Agentes Públicos do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA), coordenado pelo professor Florivaldo Dutra Araújo, com participação de Daniel Martins e Avelar.

São 11 artigos científicos, que percorrem questões que ajudam a compreender o presente: o fim do regime jurídico único dos servidores, as mudanças recentes no modelo de concursos



**MPC-MG lança 10ª edição da “Controle em Foco”,
periódico institucional**

(continuação)

públicos, a inclusão de mulheres em cargos de direção no Judiciário e de pessoas transgênero no serviço público. Ao lado dessas discussões, surgem análises sobre responsabilidade funcional, poder disciplinar, o uso reiterado de contratações temporárias e seus efeitos institucionais.

Há também espaço para textos de fôlego mais reflexivo, que retomam debates dogmáticos e

filosóficos – como o princípio da sobriedade administrativa e o dever de verdade – e para uma leitura histórica das formas de provimento das funções públicas no Brasil. O conjunto revela um campo em movimento, atravessado por disputas normativas, escolhas políticas e dilemas éticos.

A 10ª edição já está disponível para leitura. Acesse [aqui](#). ■

CONFIRA O SUMÁRIO**Contratação temporária: um duelo entre a teoria e a prática**

Cristina Andrade Melo

Poder disciplinar, sanção administrativa e relação (de sujeição) especial

Daniel Martins e Avelar

A inclusão das mulheres por meio da promoção das juízas aos Tribunais e das pessoas trans nos quadros do serviço público

Daniela Mello Coelho Haikal

Raquel Melo Urbano de Carvalho

O princípio da sobriedade administrativa na atuação dos agentes públicos e a luta pela superação de vícios culturais

Fábio Lins de Lessa Carvalho

A responsabilidade dos agentes públicos no direito administrativo brasileiro: limites e desafios a partir de análise das alterações na LINDB pela Lei n. 13.655/2018

Fábio Lucas de Albuquerque Lima

Paulo Afonso Cavichioli Carmona

Sandro Lúcio Dezan

Desdobramentos da decisão do STF pelo fim da obrigatoriedade do regime jurídico único dos servidores públicos

Florivaldo Dutra de Araújo

Efeitos jurídico-institucionais da ADI 2.135/DF sobre a flexibilização do regime jurídico dos servidores públicos

Marcílio Barenco Corrêa de Mello

Alana Carvalho Miranda

Concursos públicos no Brasil: da herança patrimonialista ao novo marco normativo da Lei n. 14.965/2024

Marcio Augusto Moura de Moraes

Luiza Teodoro de Mendonça

Vanessa Paes da Luz Fix

Uma análise histórica do provimento de funções públicas

Maria Cecília Borges

O STF e o novo capítulo do regime jurídico dos servidores públicos: impressões iniciais do julgamento da ADI 2.135/DF

Olival Rodrigues Gonçalves Filho

Os agentes públicos e o dever da verdade

Sara Meinberg Schmidt de Andrade Duarte

Diego Felipe Mendes Abreu de Melo

MPC-MG participa de reunião técnica da Rede Ouvir-MG na Câmara Municipal de Belo Horizonte

por Simone Pereira



Os participantes da Reunião Técnica. Foto: Acervo pessoal.

O Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais participou, no dia 17, da Reunião Técnica da Rede Ouvir-MG, realizada na Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH). Na ocasião, a Procuradora-Ouvidora da instituição, Elke Moura, foi representada por sua Assessora, Giovanna Bonfante.

O encontro reuniu ouvidores, servidores e representantes de órgãos públicos mineiros com o objetivo de fortalecer o papel das ouvidorias como instrumento de escuta qualificada, transparência e aprimoramento da gestão pública.

A programação contou com a palestra “Integridade e confiança no setor público”, ministrada pelo advogado Daniel Lança, especialista em compliance e gestão de riscos, que abordou a importância de estruturas institucionais íntegras para o fortalecimento da confiança da sociedade nas instituições públicas.

Além da palestra, a reunião incluiu a apresentação da Ouvidoria da Câmara Municipal de Belo Horizonte e debates sobre pautas administrativas de interesse da Rede Ouvir-MG, fomentando a troca de experiências e o alinhamento de boas práticas entre as ouvidorias. ■



A palestra. Foto: Acervo pessoal.

MPC-MG ressalta impacto do novo Portal do TCE-MG no controle das emendas parlamentares

por Simone Pereira

No dia 18, o Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais participou do lançamento do Portal de Emendas Parlamentares, criado pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) para o acompanhamento do uso desses recursos no âmbito do Estado e dos Municípios. Representando o MPC-MG, estiveram presentes o Procurador-Geral e Presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon), Marcílio Barenco; o Subprocurador-Geral e 1º Diretor Executivo da Ampcon, Daniel Guimarães; e a Procuradora-Corregedora, Sara Meinberg.

A reunião foi conduzida pelo Presidente do TCE-MG, Durval Ângelo. Por parte da Corte de Contas mineira ainda estiveram presentes o Ouvidor e Conselheiro em exercício, Adonias Monteiro; o Diretor-Geral, Gustavo Vidigal, servidores e colaboradores.

O Portal reúne dados detalhados sobre a destinação e a execução dos repasses, ampliando a transparência e o controle social. Nele são disponibilizadas informações consolidadas sobre o volume de emendas, valores transferidos, entes beneficiados, período de execução e natureza das despesas, permitindo consultas por Município, parlamentar e ano. A plataforma



A reunião. Foto: Foto: JK Freitas | MPC-MG.

utiliza recursos de visualização de dados, como gráficos e mapas, que facilitam a compreensão das informações tanto por órgãos de controle quanto pela sociedade.

O lançamento do Portal ocorre no contexto das determinações fixadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento da ADPF 854/DF, que tratou da necessidade dos Poderes Executivos e Legislativos estaduais e municipais assegurarem transparência e rastreabilidade nos mesmos moldes do que ocorre com as emendas parlamentares federais. Para cumprir a medida, Tribunais de Contas estaduais, do Distrito Federal e municipais, além dos Ministérios Públicos de Contas, foram notificados.

Obrigatoriedade e fiscalização

Ao apresentar o Portal, o Presidente do TCE-MG, Conselheiro Durval Ângelo, destacou que a transparência e a rastreabilidade passam a ser condições indispensáveis para a execução das emendas parlamentares.



A decisão do Ministro Flávio Dino foi clara: quem não fornecer o plano de traba-



Marcílio Barenco, Durval Ângelo e Adonias Monteiro.
Foto: JK Freitas | MPC-MG.

MPC-MG ressalta impacto do novo Portal do TCE-MG no controle das emendas parlamentares

(continuação)

lho e não tornar a emenda transparente e rastreável terá o pagamento suspenso. O Tribunal de Contas não poderá ter outra atitude a não ser agir da mesma forma.

Segundo o Presidente, a obrigatoriedade passa a valer a partir de 1º de janeiro, cabendo aos Municípios e às Câmaras municipais o envio das informações relativas às emendas impositivas:

Os dados vão ter de ser fornecidos. Sem transparência, sem rastreabilidade, sem portal, as emendas não serão liberadas.

Durval Ângelo também explicou que o controle das informações caberá ao Tribunal de Contas:

Os Municípios têm de encaminhar os dados, mas o controle é do Tribunal de Contas. O Município não tem alternativa: vai ter de se adequar a esse formato.

Durval Ângelo

A voz do MPC-MG

O Procurador-Geral do MPC-MG, Marcílio Barenco, ressaltou o papel do Ministério Público de Contas no acompanhamento das emendas parlamentares e destacou o caráter preventivo da atuação institucional.

Estamos incluídos na checagem dos recursos de emendas parlamentares, tanto emendas impositivas quanto aquelas decorrentes de decisões judiciais. Dependemos sobretudo dos Municípios para alimentar o sistema.

O MPC-MG publica a Recomendação preventiva nº 01/2025 para orientar gestores municipais e, segundo Barenco:

A determinação é clara: enquanto não houver transparência e rastreabilidade, o Município não poderá executar



Sara Meinberg, Daniel Guimarães e Marcílio Barenco.
Foto: JK Freitas | MPC-MG.



O Procurador-Geral do MPC-MG e Presidente da Ampcon, Marcílio Barenco, durante sua fala.
Foto: JK Freitas | MPC-MG.



O Presidente do TCE-MG, Durval Ângelo, durante sua fala. Foto: JK Freitas | MPC-MG.

MPC-MG ressalta impacto do novo Portal do TCE-MG no controle das emendas parlamentares

(continuação)

as emendas. Por isso, fixamos um prazo para que os Municípios se adéquem a essa nova realidade.

O Procurador-Geral destacou, ainda, a importância da parceria com a Associação Mineira de Municípios (AMM):

“A ideia é agir preventivamente para atender ao comando da decisão judicial e evitar prejuízos à execução das políticas públicas.

Marcílio Barenco

Tecnologia e acesso à informação

Durante a apresentação técnica, o Diretor de Tecnologia da Informação do TCE-MG, Alexandre Souza da Silva, explicou o funcionamento do painel e as possibilidades de consulta:

“O painel já está disponível e pode ser acessado pelo celular ou computador. Ele permite filtrar informações por Município, parlamentar, tipo de emenda, valores, período e área de aplicação.

Alexandre Souza da Silva

Rodada de perguntas

Durante a coletiva, jornalistas questionaram sobre a obrigatoriedade de os Municípios manterem portais próprios. Em resposta, o Procurador-Geral do MPC-MG esclareceu:

“O Município deve ter um portal, mas pode utilizar o Portal do Tribunal de Contas para cumprir os requisitos de transparência e rastreabilidade.

Marcílio Barenco

O Presidente do TCE-MG acrescentou que a ferramenta poderá ser integrada a outras plataformas.



O Subprocurador-Geral do MPC-MG e 1º Diretor Executivo da Ampcon, Daniel Guimarães.

Foto: JK Freitas | MPC-MG.



A Procuradora-Corregedora do MPC-MG, Sara Meinberg.

Foto: JK Freitas | MPC-MG.



O Diretor-Geral do TCE-MG, Gustavo Vidigal.

Foto: JK Freitas | MPC-MG.

“O Município que quiser pode hospedar o Portal ou fazer o link direto. Estamos criando uma estrutura suficiente para atender a tudo o que diz respeito às emendas parlamentares.

Durval Ângelo

Acesse o Portal **aqui**. ■

MPC-MG EM NÚMEROS

por Coordenadoria de Apoio Operacional (CAOP)

Confira a movimentação processual entre o **MPC-MG** e o **TCE-MG** referente ao mês de **NOVEMBRO**.

818PROCESSOS **ENTRARAM****894**PROCESSOS **SAÍRAM**, COM PARECER, DESPACHO OU MANIFESTAÇÃO PRELIMINAR

AUTUAÇÃO E PROCESSAMENTO PRÓPRIOS

15 Notícias de Irregularidades**01** Assunto Administrativo**01** Procedimento Preparatório**01** Inquérito Civil

REPRESENTAÇÕES

1.200.058 REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELO SUBPROCURADOR-GERAL DO MPC-MG, DANIEL DE CARVALHO GUIMARÃES, EM FACE DO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI, REFERENTE À APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB E DA APLICAÇÃO DO MÍNIMO CONSTITUCIONAL DE 25% NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO.

1.200.074 REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELA PROCURADORA DO MPC-MG ELKE ANDRADE MOURA REFERENTE A REFORMA DE UNIDADE DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SENADOR MODESTINO GONÇALVES.

1.203.953 REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELO SUBPROCURADOR-GERAL DO MPC-MG, DANIEL DE CARVALHO GUIMARÃES, EM FACE DE GESTORES DO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI, EM RAZÃO DE INDÍCIOS DE ILEGALIDADES NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB.

LEX DATA

por Gabinete Procuradora Maria Cecília Borges

O ECA Digital e os avanços na proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais

Neste ano de 2025, em que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completou 25 anos, o Brasil adotou medidas importantes na proteção de crianças e adolescentes, com a promulgação da Lei n. 15.211/2025, que instituiu, em setembro último, o ECA Digital, com vigência a partir de março de 2026, que se alinha aos postulados da Lei Geral de Proteção de Dados.

Além de regras específicas para atividades que se desenvolvem no âmbito da internet, como redes sociais, jogos e aplicativos, a nova Lei do ECA aposta em normas mais rígidas para o tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes, com obrigações específicas para plataformas digitais, cujo descumprimento pode gerar, além de advertências e multas, a suspensão temporária ou interdição das atividades das plataformas, ponderada a gravidade dos atos praticados. Entre as novidades trazidas pelo novo ECA Digital, estão a proibição de publicidade ostensiva direcionada a menores; ferramentas de supervisão familiar e obrigatoriedade de que as contas em redes sociais de menores de 16 anos estejam vinculadas ao perfil de um responsável, assim como a adoção de mecanismos que permitam a verificação da idade dos usuários.

A aposta é de que, com as novas atribuições da ANPD, transformada em agência reguladora, o que confere maior autonomia nas decisões e amplia a capacidade de fiscalização, o ECA Digital venha a se tornar um instrumento real de proteção e participação, com a ampliação do apoio às famílias, à escola e às instituições na preparação desses jovens cidadãos para o futuro, por meio de letramento digital e educação midiática para crianças e adolescentes. ■

FONTE

Disponível em: <https://multi.rio/index.php/noticias/18774-eca-digital-prote%C3%A7%C3%A3o-de-crian%C3%A7as-e-adolescentes>.

COLUNA IURISPRUDENTIA

por Bruno Pimenta Carreiro

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Informativo nº 1.199

Resumo: “É “São constitucionais – e não violam os princípios da isonomia (CR/1988, arts. 5º, *caput*, e 150, II), do poluidor-pagador (CR/1988, arts. 170, VI, e 225, *caput*, §§ 1º, V, e 3º), nem da livre iniciativa e livre concorrência (CR/1988, art. 170, *caput* e IV) – os dispositivos da Lei nº 13.576/2017 (que instituiu a Política Nacional de Biocombustíveis – RenovaBio) que estabelecem metas compulsórias de descarbonização e mecanismos de incentivo à produção e consumo de biocombustíveis.”

(ADI 7.617/DF e ADI 7.596/DF, Relator: Ministro Nunes Marques, julgamento virtual finalizado em 14.11.2025)

Informativo nº 1.200

Resumo: “É inconstitucional – por violar o princípio da separação dos Poderes e por usurpar competência legislativa privativa (CR/1988, arts. 2º e 84, II) – lei estadual de iniciativa parlamentar que estipula ao chefe do Poder Executivo prazo para a sua regulamentação.”

(ADI 7.215/RO, Relator Ministro Nunes Marques, julgamento virtual finalizado em 25.11.2025)

Resumo: “É constitucional, por se tratar de matéria *interna corporis*, a norma do regimento interno de Assembleia Legislativa que utiliza a idade como critério de desempate nas eleições para os cargos de sua mesa diretora.” (ADI 7.756/MA, Relatora: Ministra Cármen Lúcia, julgamento virtual finalizado em 25.11.2025).

Resumo: “São constitucionais – e não violam os princípios da liberdade de associação sindical (CR/1988, art. 8º, *caput*), da segurança jurídica e da confiança legítima – as cláusulas de acordo ou

convenção coletiva que instituem contribuição assistencial a todos os empregados da categoria, inclusive não sindicalizados, desde que assegurado o direito de oposição, vedada a cobrança retroativa em relação ao período em que prevaleceu o entendimento do Supremo Tribunal Federal pela inconstitucionalidade da exigência.”

(ARE 1.018.459 ED-ED/PR, Relator: Ministro Gilmar Mendes, julgamento virtual finalizado em 25.11.2025)

Tese fixada: “Não são admitidas candidaturas avulsas no sistema eleitoral brasileiro, prevalecendo a filiação partidária como condição de elegibilidade, nos termos do art. 14, § 3º, V, da Constituição.”

(RE 1.238.853/RJ – Tema 974 RG, Relator: Ministro Luís Roberto Barroso, julgamento virtual finalizado em 25.11.2025)

Informativo nº 1.201

Resumo: “São inconstitucionais, sob os aspectos formal e material, as normas estaduais que redefinam o conceito de ‘floresta’ e que promovem a redução das áreas de reserva legal em imóveis rurais situados em Municípios da unidade federada.”

(ADI 7.841/MA, Relator: Ministro Dias Toffoli, julgamento virtual finalizado em 01.12.2025)

Tese fixada: “O exercício da chefia do Poder Executivo, nos seis meses anteriores ao pleito, em decorrência de decisão judicial não transitada em julgado, não conta como exercício de um mandato para efeito de reeleição.”

(RE 1.355.228/PB – Tema 1.229 RG, Relator: Ministro Nunes Marques, julgamento finalizado em 26.11.2025)

COLUNA IURISPRUDENTIA

(continuação)

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Informativo nº 872

Destaque: “Tratando-se de desapropriação para reforma agrária, nos termos do art. 184 da CR/1988, em que se permitiu a incidência de juros compensatórios independentemente da avaliação acerca do grau de produtividade do imóvel ou da perda efetiva da renda pelo expropriado, impõe-se, em juízo rescindente, a desconstituição parcial do *decisum* rescindendo, no que tange à aplicação desses juros, porque contrário ao entendimento consolidado na ADI n. 2.332/DF pelo STF.”

(AR 7.096-PA, Relator: Ministro Gurgel de Faria, Primeira Seção, por unanimidade, julgado em 02.10.2025)

Informativo nº 873

Destaque: “As empresas públicas prestadoras de serviço público essencial, em regime não concorrencial e sem finalidade lucrativa, fazem jus ao processamento da execução por meio de precatório.”

(AgInt no REsp 2.092.441-DF, Relator: Ministro Paulo Sérgio Domingues, Primeira Turma, por unanimidade, julgado em 03.11.2025, DJEN 06.11.2025)

Destaque: “Em que pese o princípio do parcelamento nas licitações, a opção administrativa pela estruturação do objeto licitatório em lote único, quando fundamentada em razões técnicas adequadas e amparada pelo art. 40, § 3º, I, da Lei n. 14.133/2021, não configura ato abusivo ou ilegal, inserindo-se no legítimo exercício da discricionariedade administrativa.”

(RMS 76.772-MT, Relator: Ministro Afrânio Vilela, Segunda Turma, por unanimidade, julgado em 12.11.2025, DJEN 17.11.2025)

Destaque: “Não é possível a condenação, em ação popular, ao ressarcimento ao erário com base em dano presumido, sem comprovação efetiva de prejuízo financeiro e não apontado na petição inicial nexos causal e efetividade do dano para a responsabilização.”

(AgInt no REsp 1.773.335-SP, Relator: Ministro Afrânio Vilela, Segunda Turma, por unanimidade, julgado em 12.11.2025, DJEN 17.11.2025)



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Boletim de jurisprudência nº 565

Responsabilidade. Inabilitação de responsável. Abrangência. Ato de gestão. Planejamento. Supervisão

A sanção de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança (art. 60 da Lei 8.443/1992) não se restringe a atos de fraude à licitação ou desvio de dinheiro público, podendo ser aplicada em caso de grave descumprimento de responsabilidades inerentes ao desempenho de funções de alta gerência, inclusive decorrentes de atividades de planejamento e de supervisão que resultem no emprego temerário de recursos públicos, pois o mencionado dispo-

sitivo legal não estabeleceu rol taxativo de situações a serem consideradas para sua aplicação.

(Acórdão 2599/2025 – Plenário. Tomada de Contas Especial. Relator: Ministro Benjamin Zymler)

Licitação. Pregão. Princípio da segregação de funções. Pregoeiro. Fase interna. Documento. Elaboração.

As funções relativas à condução do pregão devem ser exercidas por agentes públicos distintos dos responsáveis pela elaboração de documentos da fase interna da licitação, como documento de formalização da demanda, estudo técnico preliminar e termo de referência, sob pena de afronta ao princípio da segregação de

COLUNA IURISPRUDENTIA

(continuação)

funções e ao disposto nos arts. 5º e 7º, § 1º, da Lei 14.133/2021.

(Acórdão 6389/2025 – Segunda Câmara. Representação. Relator Ministro Augusto Nardes)

Boletim de jurisprudência nº 566**Direito Processual. Prova (Direito). Prova ilícita. Nulidade. Sanção.**

Declarada pelo Poder Judiciário a nulidade de provas compartilhadas e utilizadas pelo TCU para aplicação de sanção, deve a penalidade ser desconstituída quando os demais elementos probatórios dos autos não forem suficientes para sustentar a condenação de forma autônoma. (Acórdão 2691/2025 – Plenário. Embargos de Declaração. Relator Ministro Antonio Anastasia).

Licitação. Projeto básico. Planejamento. Termo de referência. Contratação. Requisito. Objeto do contrato. Compatibilidade.

A definição dos “requisitos da contratação” no termo de referência (art. 6º, inciso XXIII, alínea “d”, da Lei 14.133/2021) deve manter fidelidade às reais características do objeto pretendido, de modo a evitar a inclusão de exigências incompatíveis com a real natureza dos serviços licitados, a exemplo da existência de informações no termo de referência indicando que um contrato de serviços continuados de engenharia abrange gestão de projetos de grande porte.

(Acórdão 2666/2025 – Plenário. Pedido de Reexame. Relator: Ministro Antonio Anastasia)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**Boletim de jurisprudência nº 363****Processo cível – Direito Constitucional – Ação Direta de Inconstitucionalidade – Lei municipal – Instituição de vale-transporte – Exclusão de alguns servidores – Princípio da isonomia – Violação – Procedência do pedido.**

Ementa: Ação Direta de Inconstitucionalidade. Preliminar de ilegitimidade passiva da Câmara Municipal. Incompetência do Poder Judiciário. Lei nº 4.836/2022 do Município de Lagoa Santa. Vale-transporte. Exclusão de servidores residentes em outro Município e daqueles que residem a menos de 1,5 km do local de trabalho. Ofensa ao princípio da isonomia. Inconstitucionalidade. Modulação de efeitos incabível.

- A intervenção do Legislativo é obrigatória, por ter participado da aprovação da norma impugnada, competindo-lhe, inclusive, a defesa de sua validade, nos termos do disposto no art. 118, § 5º, da Constituição do Estado de Minas Gerais.

- Cabe ao Judiciário, conforme preconiza o art. 97 da Constituição Federal, exercer o controle concentrado de constitucionalidade de lei municipal que afronta o princípio da isonomia.

- É inconstitucional o dispositivo de lei municipal que restringe a concessão do vale-transporte apenas a servidores municipais que residem a, no mínimo, 1,5 km de seu local de trabalho, pois tal limitação se funda em aspectos pessoais, afrontando a natureza indenizatória do benefício e o princípio da isonomia.

- É incabível a modulação de efeitos da decisão, por não restarem demonstradas as hipóteses previstas no art. 27 da Lei nº 9.868/99, quais sejam razões de excepcional interesse social e/ou de segurança jurídica. (TJMG - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.0000.25.206403-5/000, Relatora: Desembargadora Beatriz Pinheiro Caires, Órgão Especial, j. em 13.11.2025, p. em 13.11.2025)

Processo cível – Direito Constitucional – Ação Direta de Inconstitucionalidade – Lei municipal que dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de transporte específico para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida – Improcedência do pedido.

Ementa: Direito Constitucional. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei municipal que assegura transporte gratuito a pessoas com deficiência ou

COLUNA IURISPRUDENTIA

(continuação)

mobilidade reduzida. Inexistência de vício formal. Improcedência do pedido.

Tese de julgamento:

- É constitucional norma de iniciativa parlamentar que assegura transporte gratuito a pessoas com deficiência, desde que não interfira na estrutura administrativa, atribuições de órgãos ou regime jurídico de servidores.

- A ausência de estudo de impacto orçamentário não acarreta inconstitucionalidade quando a norma tem caráter programático e não impõe despesa obrigatória imediata. (TJMG - Ação Direta Inconstitucionalidade nº 1.0000.25.330465-3/000, Relator: Desembargador Renato Dresch, Órgão Especial, j. em 13.11.2025, p. em 13.11.2025)

Boletim de jurisprudência nº 364

Processo cível – Direito Constitucional – Ação Direta de Inconstitucionalidade – Lei municipal que estabelece diretrizes contra o assédio moral no âmbito da Administração Pública – Iniciativa parlamentar – Regime jurídico do servidor público – Competência do poder Executivo.

Ementa: Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei municipal nº 5.386/2024 de Lagoa Santa. Vedação ao assédio moral no âmbito da Administração Pública direta e indireta. Iniciativa parlamentar. Interferência no regime jurídico e organização da Administração. Exorbitância da competência suplementar. Invasão da competência privativa do Executivo. Inconstitucionalidade presente. Pedido julgado procedente.

- A Lei municipal nº 5.386/2024, de iniciativa parlamentar, para além de estabelecer diretrizes gerais sobre a proteção ao assédio moral no âmbito da Administração, ultrapassa o escopo inicial e termina por invadir matéria de iniciativa reservada do Executivo municipal.

- Ao dispor que a prática do assédio moral passa a ser considerada infração grave sujeita a sanções escalonadas e impostas ao final de sindicância ou processo administrativo com garantia ao direito

de defesa, além de prever a nulidade absoluta dos efeitos do ato infracional, a legislação aborda temas intrínsecos ao regime jurídico dos servidores públicos, reservados à iniciativa exclusiva do Poder Executivo.

- Pedido julgado procedente.

(TJMG - Ação Direta de Inconstitucionalidade 1.0000.24.480559-4/000, Relator: Desembargador Eduardo Brum, Órgão Especial, j. em 26.11.2025, p. em 27.11.2025)

Processo cível – Direito Civil – Responsabilidade civil do Município – Falha no serviço de drenagem e esgotamento sanitário – Dano a imóvel – Omissão do ente público – Município – Dever de indenizar.

Ementa: Apelações cíveis. Ação ordinária. Responsabilidade civil do Município. Danos decorrentes da deficiência em sistema de esgotamento sanitário e drenagem de águas pluviais. Imóvel urbano. Obrigação de fazer. Dano moral. Astreintes. Honorários advocatícios. Alteração parcial da sentença.

Tese de julgamento:

1. O ente público responde objetivamente pelos danos causados por deficiência no serviço de drenagem e esgotamento sanitário que comprometa a estrutura do imóvel e a salubridade do ambiente, sendo cabíveis obrigações de fazer e indenização por dano moral, ajustadas conforme critérios de proporcionalidade e razoabilidade.

2. A fixação de astreintes deve observar o princípio da razoabilidade, evitando-se imposição de valores excessivos que inviabilizem a prestação do serviço público.

(TJMG - Apelação Cível 1.0000.21.101579-7/005, Relator: Desembargador Carlos Levenhagen, 5ª Câmara Cível, j. em 27.11.2025, p. em 27.11.2025).



COLUNA IURISPRUDENTIA

(continuação)

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Informativo de jurisprudência nº 320

Consulta. Licitação. Agentes responsáveis pelas contratações públicas. Lei n. 14.133/2021. Segregação de funções. Agente de contratação. Profissionalização. Condução das contratações diretas. Designação. Regras específicas de cada ente federado. Possibilidade de suplementar a legislação federal.

1. A exigência prevista na Lei n. 14.133/2021 de que as licitações sejam conduzidas pelo agente de contratação não abarcam os procedimentos de contratação direta, que poderão ser executados por outros agentes.

2. O ente federado tem competência para regulamentar como serão organizados internamente seus procedimentos de contratação, com a previsão de mais de um agente de contratação para licitações distintas, caso se entenda mais adequado à sua realidade.

3. A legislação determina que as fases interna e externa da licitação sejam conduzidas por agentes públicos diferentes, em observância ao princípio da segregação de funções, devendo o agente de contratação atuar no certame a partir da publicação do edital, salvo previsão regulamentar em sentido contrário. (Processo 1.160.702 – Consulta. Tribunal Pleno. Relator: Conselheiro em exercício Licurgo Mourão. Deliberado em 29.10.2025. Publicado em 24.11.2025)

Consulta. Emendas parlamentares. Execução obrigatória. Orçamento impositivo. Alteração do objeto pelo poder executivo. Prerrogativa de ordem político-jurídica do Poder Legislativo. Impedimento de ordem técnica. Procedimento de saneamento ou realocação dos recursos. Participação do autor da emenda. Impedimento de



ordem técnica insuperável. Perda do caráter impositivo da emenda. Aplicação do crédito orçamentário. Previsão na Lei Orçamentária Anual.

1. O poder de emendar projetos de lei, inclusive aqueles relacionados ao orçamento, é prerrogativa de ordem político-jurídica do Poder Legislativo, inerente ao exercício da atividade legislativa, de modo que não cabe ao Poder Executivo alterar o objeto das emendas individuais ou de bancada parlamentar de caráter impositivo, previstas no art. 166, §§ 9º e 12, da Constituição da República, de reprodução obrigatória pelos outros entes federados, por força do princípio da simetria.

2. Nas hipóteses de impedimento de ordem técnica, os quais são, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, extraídos da norma constitucional e das leis infraconstitucionais aplicáveis, sem prejuízo de outras regras técnicas adicionalmente estabelecidas em níveis legal e infralegal, o órgão executor, na medida do possível, deverá regularizar o impedimento, a fim de assegurar a execução da emenda, adotando procedimento de saneamento ou realocação dos recursos que inclua, necessariamente, a participação do autor da emenda, em respeito ao diálogo institucional.

3. Verificando-se a ocorrência de impedimento de ordem técnica insuperável, a emenda perderá sua obrigatoriedade de execução orçamentária e financeira, adquirindo caráter não impositivo, sendo a aplicação deste crédito orçamentário efetuada pelo Poder Executivo de acordo com autorização constante da Lei Orçamentária Anual (LOA). (Processo 1.170.962 – Consulta. Tribunal Pleno. Relator: Conselheiro em exercício Telmo Passareli. Deliberado em 29.10.2025. Publicado em 24.11.2025)

Denúncia. Pregão presencial. Consórcio intermunicipal. Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza urbana. Preliminar. Ilegitimidade passiva. Rejeição. Mérito. Vedação à participação de empresas organizadas em consórcio na licitação. Improcedência. Não

COLUNA IURISPRUDENTIA

(continuação)

parcelamento do objeto. Improcedência. Utilização do pregão para serviços de engenharia. Improcedência. Adoção do sistema de registro de preços para contratação de obras e serviços de engenharia não padronizáveis e complexos. Procedência. Multa afastada. Arquivamento.

1. Havendo elementos que atribuam envolvimento mínimo do agente aos fatos noticiados, não cabe o acolhimento da alegação de ilegitimidade passiva, devendo a efetiva participação ser aferida quando da análise de mérito da subsistência dos apontamentos de irregularidades.

2. Consoante art. 33 da Lei n. 8.666/1993, a participação de empresas reunidas em consórcios está na margem de discricionariedade do administrador público, devendo ser avaliada, em cada caso, a conveniência e a oportunidade de se ampliar a competição do certame por meio da participação de consórcios. Além disso, a vedação ou permissão de participação de empresas reunidas em consórcio na licitação deve ter como parâmetro a conjugação de elementos como vulto, dimensão e complexidade, sendo facultativa a exposição de justificativas acerca da opção administrativa em vedar a participação no certame de empresas reunidas em consórcio.

3. Em licitações que envolvem diversidade de serviços, o parcelamento ou não do objeto deve ser aferido em cada caso, considerando-se, além da ausência de perda de economia de escala, da viabilidade técnica e do melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado, a ausência de prejuízo ao conjunto a ser contratado, devendo a ausência de parcelamento do objeto ser justificada no processo licitatório, de modo a demonstrar que esta é a opção mais vantajosa para a Administração e para o interesse público.

4. É possível a utilização da modalidade pregão para a contratação de serviços comuns de engenharia, desde que as especificações técnicas necessárias à execução do objeto possam ser descritas de forma clara, precisa e objetiva no edital.

5. O sistema de registro de preços não deve ser uti-

lizado para serviços que envolvem soluções técnicas específicas e exigem a elaboração de projetos individualizados, que demandam contratação e o planejamento detalhado, sob pena de se comprometer a adequada definição do objeto, a competitividade do certame e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

(Processo 1.101.516 – Denúncia. Segunda Câmara. Relator: Conselheiro em exercício Adonias Monteiro. Deliberado em 04.11.2025. Publicado em 10.11.2025.)

Informativo de jurisprudência nº 321

Representação. Prefeitura municipal. Dispensa emergencial de licitação. Contratação direta de empresa especializada para montagem de infraestrutura de evento anual. Preliminar de nulidade de citação afastada. Mérito. Irregularidade na contratação direta. Ausência de planejamento. Tempo exíguo para realização do procedimento licitatório. Emergência fabricada. Procedência. Aplicação de multa.

1. No âmbito deste Tribunal de Contas, considera-se válida a entrega do ofício de citação por via postal, desde que realizada no endereço correto e acompanhada do Aviso de Recebimento, ainda que assinado por terceiro.

2. A exceção ao dever de licitar não se configura quando a situação emergencial decorre da ausência ou insuficiência de planejamento da Administração, que, ao permanecer inerte em seu dever de instaurar o procedimento licitatório com a devida antecedência, expõe a realização do objeto a risco e caracteriza desídia administrativa.

3. Configura-se emergência fabricada quando a Administração, por falta de planejamento e de ação tempestiva, cria a própria situação que invoca para justificar a dispensa licitatória e a contratação emergencial, não sendo possível afastar sua responsabilidade. (Processo 1.171.080 – Representação. Primeira Câmara. Relator: Conselheiro Agostinho Patrus. Deliberado em 18.11.2025. Publicado em 26.11.2025)



MPC-MG

Ministério Público de Contas
do Estado de Minas Gerais

MPC NOTÍCIAS

DEZEMBRO 2025 • EDIÇÃO 43

PROCURADOR-GERAL

MARCÍLIO BARENCO

SUBPROCURADOR-GERAL

DANIEL GUIMARÃES

EDIÇÃO

SIMONE PEREIRA

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

GUILHERME FERNANDES

REVISÃO

LÍLIAN DE OLIVEIRA

ESTAGIÁRIA

ANA CLARA LIMA

ACOMPANHE NOSSAS REDES SOCIAIS!

www.mpc.mg.gov.br

INSTAGRAM



@mpc_mg

SPOTIFY



MPC Cast

FACEBOOK



Ministério Público de Contas
do Estado de Minas Gerais

LINKEDIN



Ministério Público de Contas
do Estado de Minas Gerais

YOUTUBE



MPC-MG

FLICKR



Ministério Público de Contas
do Estado de Minas Gerais